

Desigualdades de gênero na política na América Latina e as eleições presidenciais do Brasil em 2010¹

Suzana Cavenaghi²
José Eustáquio Diniz Alves³

Resumo

As mulheres da América Latina e Caribe (ALC) conseguiram reverter ou reduzir as desigualdades de gênero nas últimas décadas. Elas ultrapassaram os homens nos indicadores de esperança de vida e anos médios de estudo. No mercado de trabalho, houve um aumento das taxas de atividade feminina, embora ainda haja segregação ocupacional, discriminação salarial e a permanência da tradicional divisão sexual do trabalho. Na representação parlamentar as mulheres da ALC passaram de 13% do total de deputados na Câmara Federal (Lower House) em janeiro de 1997 para 23% em janeiro de 2012. Mas no Brasil - onde houve forte empoderamento das mulheres, inclusive a eleição de uma mulher para a Presidência da República em 2010 - há apenas 8,8% de mulheres na Câmara de Deputados. A participação feminina no Poder Legislativo brasileiro é muito baixa e contrasta com a realidade do resto da região. Este artigo traça um breve panorama da desigualdade de gênero na América Latina e Caribe para, em seguida, focar em um panorama das desigualdades de gênero na política no Brasil. De início são apresentados os dados de intenção de voto das eleições presidenciais de 2010, separados por sexo do eleitor, utilizando os dados de 45 pesquisas dos 4 maiores Institutos de Opinião do Brasil. Em seguida é feita uma análise exploratória multivariada - por meio de um modelo de classificação em árvore - utilizando a base de dados de um survey realizado pelo Instituto Ibope sob encomenda do Consórcio Bertha Lutz (grupo de pesquisa criado para analisar as eleições brasileiras de 2010 numa perspectiva de gênero). Com base neste survey foram analisadas as variáveis comportamentais para a definição do voto para presidente da República. Por último, foi aplicado um modelo logístico multinomial investigando quais destas características apresentam relações mais fortes com a intenção declarada de voto pelo eleitor.

Palavras-chave: Desigualdade de Gênero; Eleição presidencial de 2010; Brasil

¹ A parte deste artigo referente às eleições presidenciais de 2010 no Brasil foi elaborada no âmbito do Consórcio Bertha Lutz, projeto que teve o apoio financeiro da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

² Doutora em demografia (Universidade do Texas) e professora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE.

³ Doutor em demografia (CEDEPLAR/UFMG) e professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE.

Abstract

Women in Latin America and the Caribbean (LAC) managed to reverse or reduce gender inequalities in recent decades. They have surpassed men in indicators of life expectancy and average years of schooling. In the labor market, there was an increase in the rate of female labor force participation, even though there is still an occupational segregation, wage discrimination and the permanence of traditional sexual division of labor. In the parliamentary representation in LAC women grew from 13% on representatives in the Lower House in January 1997 to 23% in January 2012. However, in Brazil, where occurred a strong women's empowerment, including the election of a woman to the presidency in 2010 – there are just 8.8% of women in the Chamber of Deputies. Female participation in the Brazilian Legislature is very low and contrasts with the reality of the rest of the region. This article provides a brief overview of gender inequality in Latin America and the Caribbean to then focus on an overview of gender inequalities in politics in Brazil. At first presents data on voting intentions of the 2010 presidential election, according to voter sex, using data from 45 surveys of the 4 largest pool institutions. Then, it is carried out an exploratory multivariate analysis – by fitting tree classification model – on voter's intention to the major candidates, using data collected in the Consortium Bertha Lutz (research group created to analyze the Brazilian elections of 2010 from a gender perspective) to find population segments that have similar vote intention. Finally, it was applied a multinomial logistic regression to investigate which of the voter's and candidates' characteristics have significant and strongest relationships to stated vote intention.

Key words: Gender inequality; 2010's Presidential Elections; Brazil

Desigualdades de gênero na América Latina

A América Latina e o Brasil têm passado por diversas transições, dentre elas: a transição urbana, a transição demográfica e a transição nas relações de gênero (processo de despatriarcalização). A população da América Latina e Caribe (ALC) era de 167,4 milhões de habitantes em 1950 (83,7 milhões de homens e mulheres) e passou para 590 milhões em 2010 (291,4 milhões de homens e 298,7 milhões de mulheres), um crescimento de 3,5 vezes na população total. Já a economia da ALC cresceu 10,2 vezes no mesmo período, segundo dados de Angus Maddison. Ou seja, houve um crescimento de 2,9 vezes da renda per capita da região em 60 anos. Isto teve vários impactos sociais e políticos. Segundo a Divisão de População das Nações Unidas, a população urbana, em 1950, representava 41,4% da população total da ALC e passou para 78,8% em 2010. No quinquênio 1950-55 a esperança de vida era de 51,3 anos e a Taxa de Fecundidade Total (TFT) era de 5,9 filhos por mulher. Já no quinquênio 2005-10 a esperança de vida subiu para 73,4 anos na ALC e a TFT caiu para 2,3 filhos por mulher. Portanto, a despeito da crise econômica que atingiu a ALC na década de 1980 (a chamada década perdida), nos últimos 60 anos, houve aumento da renda per capita e extensão do tempo de vida da população. Houve também melhorias no mercado de trabalho e na educação e as

mulheres conseguiram conquistar ganhos significativos neste processo, além de ampliar o superávit feminino (7 milhões) na população total. As mudanças foram significativas.

Na educação, as mulheres tinham taxas de matrícula inferiores do que as dos homens. Mas o processo de universalização da educação na América Latina e Caribe, que é recente e não está totalmente completo, possibilitou que houvesse uma reversão do hiato de gênero na educação. da ALC. A taxa de analfabetismo estava acima de 25%, em 1970. No decorrer das últimas quatro décadas as taxas de analfabetismo caíram continuamente na medida em que a cobertura escolar das gerações mais novas foi se ampliando. Observa-se, também, que o analfabetismo entre mulheres era muito mais alto do que entre homens e esta diferença caiu, embora as mulheres (especialmente as mais idosas) continuem predominando entre a população analfabeta.

Considerando as taxas de matrículas das gerações mais novas que estão em período escolar, a situação se inverte, pois existe, aproximadamente, uma igualdade de gênero nas matrículas do ensino fundamental, mas as mulheres ultrapassaram os homens nas matrículas do ensino secundário e do ensino superior. Portanto, existe uma diferença geracional entre mulheres, com as idosas em pior situação do que a dos homens e as jovens em melhor situação. Atualmente as mulheres possuem taxas de matrícula mais elevadas e a diferença a favor das mulheres se alargou. Isto quer dizer que existe uma desigualdade reversa que está se ampliando na região. O mesmo aconteceu no ensino médio e superior. Os indicadores quantitativos da educação na ALC mostram que as metas da CIPD do Cairo e dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) não só foram alcançadas, como foram ultrapassadas. Adicionalmente, as mulheres das gerações mais jovens aumentam, dia-a-dia, suas vantagens em relação aos homens em todos os níveis de ensino.

No mercado de trabalho, a crescente inserção das mulheres é uma das características do processo de desenvolvimento econômico na América Latina e Caribe. A urbanização, o crescimento dos níveis educacionais, a queda da fecundidade e o trabalho extra-doméstico das mulheres são tendências que se reforçam mutuamente. Entre 1990 e 2008 as taxas de atividade masculinas ficaram estáveis, mas, no mesmo período, as taxas de atividades femininas passaram de cerca de 40%, em 1990, para mais de 50%, em 2008.

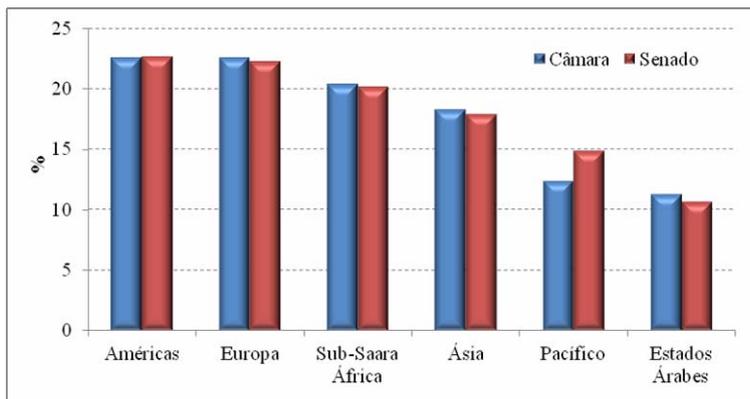
Embora exista uma tendência de longo prazo rumo à paridade nas taxas de participação de ambos os sexos, ainda existem vários obs-

táculos que impedem a participação feminina, tanto pelo lado da demanda, quanto da oferta. Processos de segregação ocupacional e discriminação salarial são marcadores de discriminação que limitam a participação feminina nas atividades produtivas. Por outro lado, a sobrecarga dos afazeres domésticos e das atividades da economia do cuidado aumentam os encargos femininos no âmbito da família e diminuem a capacidade de oferta da força de trabalho das mulheres no mercado de trabalho. Portanto, existem restrições que precisam ser superadas para se atingir uma maior equidade de gênero nas atividades produtivas e reprodutivas. Uma das restrições para a maior inserção feminina no mercado de trabalho é a maior taxa de desemprego e o alto grau de informalidade das atividades urbanas na ALC.

Desde a IV Conferência da Mulher, em Beijing, o continente americano foi o que apresentou o maior avanço da participação feminina no parlamento e atualmente empata com a Europa em participação feminina na Câmara dos Deputados e vence por pequena margem no Senado, conforme mostra o gráfico 1. A situação em janeiro de 2012 mostra as mulheres das Américas e da Europa ocupando 22,6% da Câmara de Deputados, mas as mulheres americanas tinham 22,7% do Senado, enquanto as europeias tinham 22,3%. Os países da África Sub-Saariana vinham logo em seguida e os Estados Árabes com participação feminina bem menor.

Portanto, o continente americano está na liderança da participação feminina no Parlamento. E como veremos mais abaixo, a América Latina está na liderança do continente, à frente dos Estados Unidos e do Canadá. Além disto, nesta primeira década do século XXI, a América Latina tem conseguido eleger mulheres para o cargo máximo do Executivo. Michelle Bachelet foi eleita presidente do Chile para a gestão 2006-2010, Cristina Kirchner para a presidência da Argentina (2007-2011), Portia Simpson-Miller para primeira-ministra da Jamaica (2006-2007), Laura Chinchilla para a presidência da Costa Rica (2010-2013) e Dilma Rousseff (2011-20014). Além disto, Portia Simpson-Miller e Cristina Kirchner foram reeleitas para mais um mandato.

Gráfico 1 - Percentual de Mulheres em ambas as casas do Parlamento ("*Lower or single House*" e "*Upper house or Senate*"), regiões do mundo, 01 janeiro de 2012.



Fonte: IPU - Inter-Parliamentary Union. 01 de janeiro de 2012

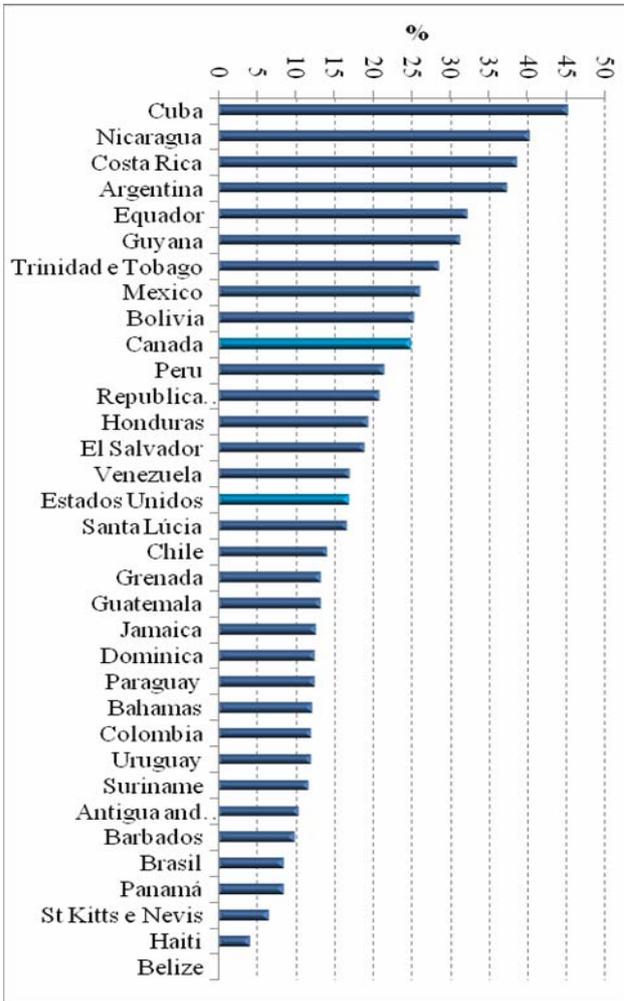
<http://www.ipu.org/wmn-e/arc/world010197.htm>

O gráfico 2 mostra o percentual de mulheres no parlamento (Lower or single House) em 33 países do continente americano. Nota-se que Cuba, Nicarágua, Costa Rica, Argentina, Equador e Guiana apresentam percentagens acima de 30% de deputadas. Nestes seis países as mulheres possuem taxas de participação na política institucional bem acima do Canadá, com 22,1%, e dos Estados Unidos, com 16,8%. Por outro lado, o Brasil – país com maior território e maior população da América Latina – está em um dos últimos lugares na participação feminina no Parlamento.

Evidentemente, a participação feminina na política na América Latina está longe de alcançar a paridade de gênero na representação política (participação meio a meio para ambos os sexos), conforme proposta da X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, ocorrida em Quito, de 17 a 20 de agosto de 2007. Contudo, a ALC (e a América como um todo) está à frente dos outros continentes no índice de participação feminina na política. Os fatos de a região ter avançado na construção de regimes democráticos, contar com um superávit de mulheres na população e contar com mulheres com níveis de educação cada vez maiores podem explicar, pelo menos em parte, o avanço feminino nos cargos de representação política. Mas o fato intrigante é que o Brasil, mesmo elegendo uma mulher para a Presidência da República, continua com baixa participação feminina

no Parlamento. Para buscar entender as questões de gênero no Brasil, vamos analisar os dados das eleições presidenciais de 2010.

Gráfico 2 - Percentual de Mulheres no Parlamento (*Lower/single House*), continente americano, 2012



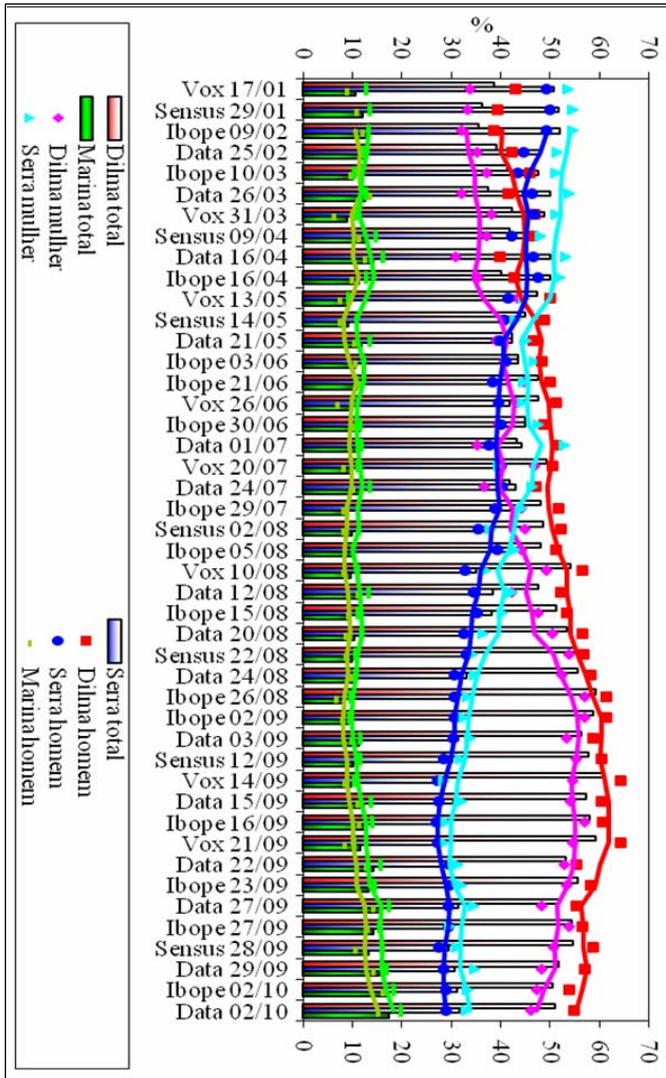
Fonte: IPU - Inter-Parliamentary Union. Situação em 01 de janeiro de 2012, <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/world010197.htm>

As eleições presidenciais brasileiras de 2010

Nas eleições presidenciais brasileiras de 2010, houve nove candidatos, sendo duas mulheres e sete homens. Do total de 101,6 milhões de votos válidos do primeiro turno, 47,7 milhões foram para Dilma Rousseff (PT), 33,1 milhões para José Serra (PSDB), 19,6 milhões para Marina Silva (PV), 886 mil para Plínio de Arruda Sampaio (PSOL), 89 mil para Eymael (PSDC), 84 mil para Zé Maria (PSTU), 58 mil para Levy Fidelix (PRTB), 39 mil para Ivan Pinheiro (PCB) e 12 mil para Rui Costa Pimenta (PCO). Dilma Rousseff e José Serra tiveram, respectivamente, 46,9% e 32,6% dos votos. A grande novidade das eleições de 2010 foi os 19,3% dos votos da candidata Marina Silva. Juntas, as duas candidatas tiveram dois terços dos votos, mostrando que o eleitorado não discrimina as mulheres, pois nas eleições brasileiras de 2010 as mulheres conquistaram uma das maiores proporções de votos do mundo.

O gráfico 3 mostra as intenções de votos nas 3 principais candidaturas. Nota-se que em todo o período eleitoral a candidata Dilma Rousseff teve menos votos no eleitorado feminino do que no eleitorado masculino, enquanto as candidaturas de José Serra e Marina Silva apresentaram maior intenção de voto masculino do que feminino.

Gráfico 3 - Intenções de votos válidos no primeiro turno para as três principais candidaturas à Presidência, segundo eleitorado total e por sexo, Brasil – janeiro-outubro de 2010



Fonte: Institutos Datafolha, Vox Populi, Ibope e Sensus (45 pesquisas de intenções de voto).

Uma interpretação apressada das intenções de voto em Dilma Rousseff poderia sugerir que as mulheres são mais conservadoras e não votam em candidaturas de esquerda e em candidaturas femininas (“mulher não vota em mulher”). Inglehart (1977) mostra que, no período pós-Segunda Guerra Mundial, existia uma tendência de as mulheres votarem mais à direita do espectro político nos países ocidentais, mas isso mudou à medida que as sociedades foram elevando seus padrões de consumo e bem-estar. Em trabalho mais recente, Inglehart e Norris (2000) examinam dados de 60 países, a partir da pesquisa World Values Surveys, e mostram uma tendência de as mulheres se moverem à esquerda do espectro político, realinhando politicamente as intenções de voto com o eleitorado masculino.

De fato, as eleições de 2010, no Brasil, podem ser classificadas como as eleições mais femininas na história do país, pois o número de mulheres que foram candidatas a deputadas estaduais e federais bateu todos os recordes históricos. Mas, certamente, não foi uma eleição feminista em seu conteúdo. Dilma Rousseff tem uma trajetória de vida que pode ser classificada como feminista, pois participou da luta contra a ditadura, casou e se separou, nunca seguiu o modelo patriarcal de dona de casa, construiu uma carreira profissional no Rio Grande do Sul e, no governo Lula, disputou influência nos espaços do Poder Executivo, tornando-se a candidata à sucessão de um governo que, durante oito anos, teve baixa participação das mulheres em seus quadros.

Entretanto, Dilma Rousseff manteve um discurso dúbio, ao contrário, por exemplo, de Michelle Bachelet, que, na sua campanha à Presidência do Chile, se definiu da seguinte forma: “soy mujer, socialista, divorciada y agnóstica”. Orientada pelos coordenadores de marketing eleitoral, a campanha de Dilma Rousseff usou e abusou de discursos e representações que reforçam o papel tradicional da mulher, especialmente como mãe, expresso no slogan: “Pátria Livre, Pátria Mãe”. Em vez de falar em Mãtria Livre, o jingle eleitoral da candidata do PT transmitiu a ideia de que o “pai do povo” estava passando o poder para a “mãe do povo”.

Terezinha Vicente (2010), militante feminista histórica do PT, criticou a postura adotada na campanha, pois quando Dilma disse: “nós, mulheres, nascemos com o sentimento de cuidar, amparar e proteger. Somos imbatíveis na defesa de nossos filhos e de nossa família”, ela contribuiu para reforçar os valores do patriarcado e dos fundamentalistas na defesa de que lugar de mulher é na casa, no lar e na família. Sandra Starling (2010), outra feminista histórica do PT, também criticou a forma como as questões de gênero foram tratadas na

campanha de Dilma Rousseff, pois a propaganda eleitoral reforçou a ideia da mulher como “mãe de família e esposa”. A candidata Marina Silva criticou a campanha do PT da seguinte maneira: “estão querendo infantilizar o Brasil com essa história de pai e de mãe”..

Portanto, mesmo havendo duas mulheres com forte apelo eleitoral disputando a Presidência da República, a discussão de gênero não fez parte dos assuntos principais da campanha, muito menos a pauta feminista esteve presente. Mesmo assim, as questões de gênero foram importantes para a definição do voto como veremos na análise seguinte.

Análise do *survey* do Consórcio Bertha Lutz

Os dados utilizados neste trabalho são oriundos da pesquisa de campo elaborada especificamente para os propósitos do projeto “Mulheres nas eleições de 2010: Consórcio Bertha Lutz”, doravante identificada como Ibope/CBL 2010. Este levantamento de dados teve que ser adaptado para se encaixar em um modelo de *survey* desenhado pelo instituto de pesquisa que realizou o campo, o Ibope Inteligência. Foi produzido um questionário com cerca de 40 questões, das quais algumas eram perguntas simples e outras compostas com vários subitens, seguindo uma estrutura utilizada para coletar informações sobre intenções de voto para eleições presidenciais e, também, características e opiniões dos eleitores entrevistados. A coleta de dados se deu basicamente na terceira semana de setembro de 2010, com algumas entrevistas realizadas na última semana, ou seja, nos 15 dias anteriores à realização do primeiro turno das eleições de 2010.

O modelo de amostragem utilizado é o de conglomerados em três estágios, com os dois primeiros selecionados de forma probabilística e o último por cotas. No primeiro estágio foram selecionados os municípios por meio do método de Probabilidade Proporcional ao Tamanho (PPT), ordenados por tamanho dentro dos estados, com base nos votantes de 16 anos ou mais de cada município, obtidos a partir dos dados registrados no TSE nas eleições de 2008. No segundo estágio foram escolhidos os setores censitários com amostra PPT sistemática. A medida de tamanho é a população de 16 anos ou mais residente nos setores. No terceiro e último estágio, selecionou-se, de maneira não probabilística em cada setor, um número fixo de respondentes segundo cotas das variáveis sexo, idade, grau de instrução e setor de atividade laboral, que representavam a distribuição destas variáveis segundo resultados do censo demográfico de 2000.

Em sua maioria, as entrevistas foram realizadas nos domicílios residenciais, mas, para completar as cotas, foram entrevistadas algumas pessoas no local de trabalho e algumas ainda na rua, porém, todas eram residentes do setor censitário correspondente. O procedimento de abordagem dentro de um setor é feito por face de quadra, onde uma é selecionada aleatoriamente para início e se dá sequência às entrevistas até completar a cota preestabelecida. Todo o procedimento adotado busca melhorar o espalhamento da amostra, mas ressalta-se que o plano amostral da pesquisa utilizada pelo Ibope Inteligência é por cotas e, portanto, não se trata de uma pesquisa amostral probabilística. Assim, as medidas estimadas por inferência estatística e medidas de associação de erro apresentadas neste trabalho devem ser tomadas com os devidos cuidados, pois representam somente uma aproximação, com grau de confiança não conhecido, ao que seria uma amostra aleatória simples, caso existisse uma lista de eleitores (universo) com as variáveis utilizadas nas cotas conhecidas previamente.

Deve-se ressaltar que o plano amostral incluiu uma sobreamostragem de dois Estados (São Paulo e Bahia), onde foram realizadas pesquisas com técnica de grupos focais, com a intenção inicial de buscar maior representatividade para o survey nestes estados, com um total de 2.310 entrevistas. Para a análise aqui realizada, esta sobreamostragem foi reponderada de forma a representar a população de eleitores de maneira proporcional nos Estados, com um total de 2.002 entrevistas.

Com relação às regiões de residência dos eleitores, vale um esclarecimento metodológico. Estas foram agrupadas para permitir uma análise mais consistente, dado o tamanho reduzido da amostra, o que dificultaria análises individuais para as regiões Norte e Centro-Oeste. Assim, tomando-se por base a maior semelhança regional na distribuição das intenções de voto, utilizaram-se três agrupamentos de regiões: Norte e Nordeste; Sudeste; e Sul e Centro-Oeste.

As características sociodemográficas e econômicas dos eleitores consideradas para análise foram: sexo; idade (menos de 29, 30-49 e 50 anos ou mais); raça/cor (branca, parda, preta e outra); grau de instrução (até 4ª série, 5ª série a ensino médio e ensino superior); classe social (A/B, C e D/E); renda familiar total (NS/NR, 0-1 s.m.⁴, 2-5 s.m. e mais de 5 s.m.); condição de atividade laboral (não trabalha e trabalha); região de residência (Norte e Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste); Religião (católicos e não-católicos); frequência a culto (NS/NR, nunca, menos uma vez por mês, 1-3 vezes por mês, uma vez por sema-

⁴ Salário mínimo.

na e mais de uma vez por semana); recebimento de programa social (sim e não). As variáveis que não têm categoria de não resposta tiveram estes valores imputados pelo valor médio, uma vez que o percentual de não resposta era muito pequeno.

Diferenças de gênero nas intenções de voto nas eleições presidenciais de 2010

Para a abordagem dos dados neste trabalho, utiliza-se uma análise exploratória multivariada por meio de um modelo de classificação em árvore. Em segundo lugar, apresenta-se uma análise exploratória das intenções de voto segundo características comportamentais dos eleitores, partindo de uma análise exploratória multivariada, também com a aplicação de modelos de classificação em árvore. As variáveis comportamentais são separadas em duas categorias: aquelas que indicam quais as características dos candidatos são levadas em conta pelo eleitor no momento da definição de seu voto para presidente da República; e aquelas que apontam posturas ideológicas, políticas e culturais. Por último, todas as categorias de características dos eleitores são avaliadas conjuntamente em um modelo logístico multinomial o qual investiga quais destas características apresentam relações mais fortes e estatisticamente significante com a intenção de voto declarada pelo eleitor, em momento anterior ao primeiro turno nas eleições presidenciais de 2010.

A variável dependente nas análises multivariadas é a intenção de voto. Em um primeiro momento, nos modelos de classificação em árvore, esta é definida em quatro categorias, que incluem os três candidatos mais votados, e uma categoria que engloba todas as demais respostas dadas (1% de outros candidatos, “não sabe”, “não responde”, brancos e nulos), utilizando-se, assim, as informações de todos os entrevistados, que totalizam 2.002 eleitores. Posteriormente, para a análise logística multinomial, utilizam-se somente os dados de intenções de voto nos três candidatos mais votados (o que corresponde às respostas de 1.660 eleitores). As variáveis dependentes utilizadas e suas categorias foram definidas na seção anterior e, a seguir, apresenta-se uma breve descrição dos modelos estatísticos empregados, visando familiarizar o leitor com os pressupostos e objetivos dos modelos, assim como explicitar algumas escolhas de parâmetros e técnicas selecionadas para o ajuste.

A análise de classificação de dados baseada em modelos de árvore de decisão possibilita separar os perfis dos grupos de eleitores que

declararam maiores intenções de voto em um ou outro candidato, ou melhor, separa grupos mais homogêneos internamente quanto à distribuição das intenções de voto por candidato.

A variável dependente usada no ajuste foi a distribuição das intenções de voto em Dilma, Serra, Marina e NS/NR/Outro. As variáveis independentes, ou covariáveis, que identificam o perfil dos eleitores incluídas no modelo foram: idade, sexo, raça/cor, grau de instrução, classe social, rendimento familiar total, participação na força de trabalho, religião, frequência a culto e recebimento de programa social, utilizando as mesmas categorias descritas na seção de métodos. Para o ajuste foram selecionados até três níveis de nós e um mínimo de 50 observações em cada nó. O método de crescimento da árvore selecionado foi o *Exhaustive CHAID*, com estatísticas estimadas por método de máxima verossimilhança.

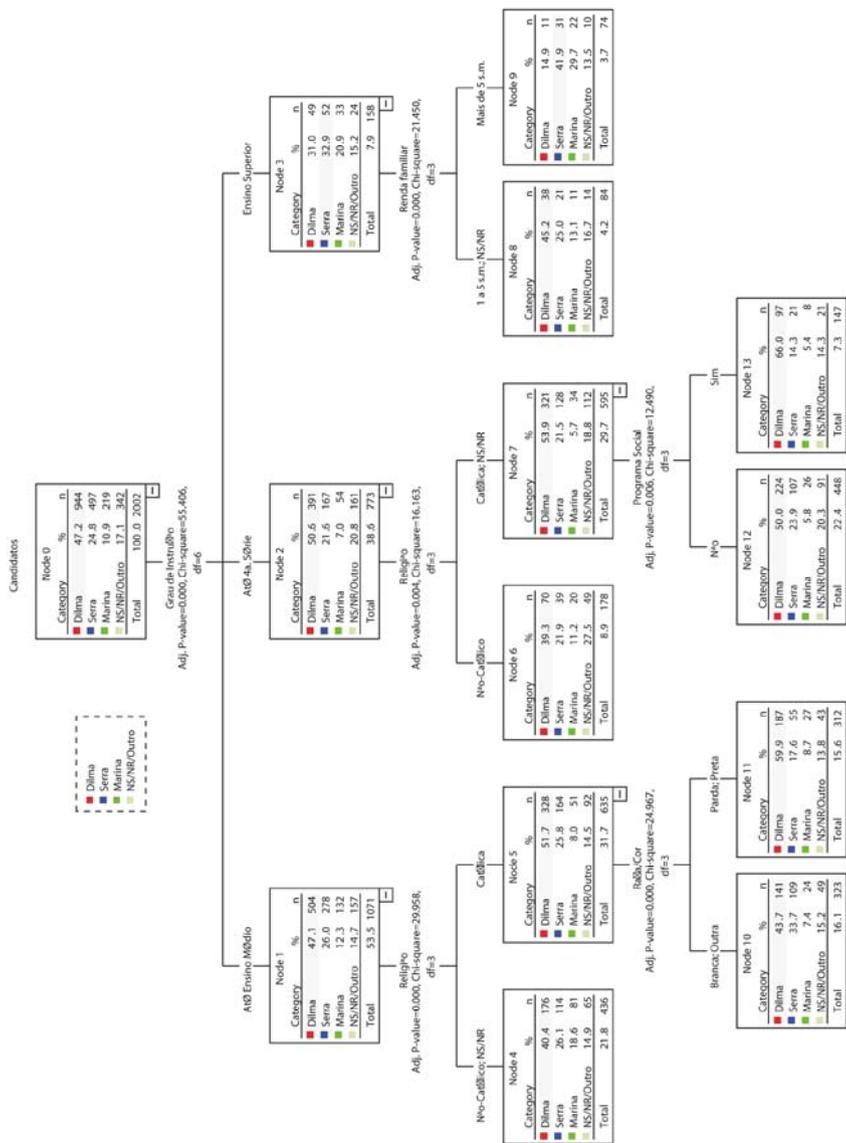
A Figura 1 apresenta o resultado em forma de árvore do melhor ajuste do modelo, considerando estas variáveis. Como se pode observar, a variável que aparece no primeiro nível, com maior estimativa de chi-quadrado, é grau de instrução do eleitor, separando esta nas três categorias consideradas: até 4º série do ensino fundamental; de 5º série do fundamental até 3º série do ensino médio; e ensino superior. O segundo nó ajustado mostra que, no grupo com ensino superior, a segunda variável mais importante na identificação de grupos homogêneos corresponde ao rendimento familiar, enquanto para os demais eleitores é a religião que os diferencia em grupos. Entre aqueles com ensino superior e mais de cinco salários mínimos de renda familiar, a intenção de voto em Serra é muito maior do que sua média obtida (41,9%) em toda a população. Também Marina tem alta intenção de votos neste grupo (20,9%), deixando para a candidata Dilma menos de 15% das intenções de voto. No entanto, dada a desigualdade social do país, este grupo inclui apenas uma porcentagem pequena da população total (na amostra 74 eleitores em um total de 2.002). Entre eleitores com ensinos fundamental e médio, a religião os separa em dois grupos distintos com relação às intenções de voto para presidente: um formado por católicos; e outro por não católicos, que majoritariamente são evangélicos e sem religião. A religião indica que os não católicos votam mais do que a média na candidata Marina e os católicos em Dilma.

Ainda entre o grupo de católicos, mais um agrupamento é formado. Para aqueles com ensino intermediário, a raça/cor do eleitor é uma característica que os separa em dois grupos, com os pardos e pretos apresentando maior intenção de voto em Dilma (quase 60%). Para aqueles com ensino básico, o recebimento de programa social é a

variável com significância estatística para separar o último grupo homogêneo, em que, entre aqueles que recebem o benefício, as intenções de voto em Dilma chegavam a 66%. Porém, mesmo entre estes menos escolarizados e católicos, os que não recebem o benefício declararam intenção de votar em Dilma numa porcentagem maior do que a média nacional da candidata.

Este modelo com características dos eleitores indica que outros aspectos importantes na definição do voto não foram incluídos no modelo, pois a estimativa de risco global, que constitui uma medida aproximada da qualidade do ajuste do modelo, é 0,518 e, apesar de ajustar com significância estatística de 99%, em metade dos casos há risco de erro de predição. Outra indicação importante é dada pela classificação dos casos observados e preditos pelo modelo. Para as quatro categorias da variável dependente (Dilma, Serra, Marina e NS/NR/Outro), o modelo tem predição global correta em 48,2% dos casos, mas, de fato, acerta em 98,8% dos votos para a candidata Dilma, em 6,2% para Serra e nenhum dos demais. Ou seja, as características dos eleitores consideradas no modelo ajudam a identificar o perfil dos eleitores de Dilma, mas não dos demais candidatos.

Figura 1 - Modelo de intenções de voto nos candidatos a presidente da República, segundo características sociodemográficas e econômicas selecionadas dos eleitores, Brasil - 2010.



Fonte: Ibope/CBL, 2010.

Outro fator importante de análise refere-se às variáveis que não entraram no modelo por não apresentarem comportamento estatisticamente significativa para formar grupos homogêneos. Entre estas, estão: idade, classe social, participação na força de trabalho e frequência a culto, sendo que esta última, em geral, é uma variável que se aproxima mais do conceito de religiosidade do eleitor do que a indicação da religião em si mesma. Este resultado indica que não havia uma separação explícita entre as categorias destas variáveis definindo a intenção de voto dos eleitores ao cargo de presidente em 2010. Adicionalmente, uma das variáveis de maior interesse neste estudo, sexo do eleitor, foi outra característica que não entrou no modelo. Isto significa que homens e mulheres não formavam grupos diferenciados em sua intenção de voto no momento da pesquisa. No entanto, este resultado não indica se homens e mulheres votam de forma diferente com relação às suas características pessoais.

Dado que o modelo de classificação permite criar ramos separados para qualquer variável de interesse, o resultado do ajuste deste modelo, forçando criar árvores para homens e mulheres, é mostrado na Figura 2. O fato que se destaca neste modelo é que homens e mulheres votam de maneira diferente. Ou seja, as características sociodemográficas e econômicas que melhor definem grupos homogêneos de homens são: grau de instrução, região de residência, recebimento de programa social e religião; para as mulheres, estas características são: classe social, frequência religiosa, região de residência e grupos etários. Em termos de qualidade do ajuste, este modelo não difere muito do anterior, somente piora os valores preditos de intenção de voto em Dilma, com 94,7% de acertos, e melhora a predição para Serra com relação ao anterior, para 13,3%, no entanto, um modelo ainda muito bom para previsão de votos da candidata do PT e ruim para os demais.

Ainda com relação ao modelo para homens e mulheres em sua intenção voto para presidente, destacam-se na Figura 2, alguns pontos que podem ser significativos para entender como os perfis de homens e mulheres se diferem. De fato, a classe social funciona entre as mulheres quase como um substituto para grau de instrução entre os homens, em que as mulheres pertencentes às classes mais pobres são as que mais declararam intenção de voto em Dilma, enquanto aquelas nas classes mais abastadas (A e B) declararam porcentagem mais alta em Serra. Também para as mulheres é importante notar que a frequência daquelas que estavam indecisas e votavam em nulo ou branco era bem maior do que para a maioria dos homens.

Características comportamentais dos eleitores e a intenção de voto

Vários estudos de eleições anteriores no Brasil mostram como as características dos candidatos afetam ou não a escolha dos eleitores (SILVEIRA, 2000; CARREIRÃO, 2004; ARAÚJO, 2009). Entre os processos culturais relevantes para o entendimento da vida política, é preciso considerar como os eleitores retratam as candidaturas e os partidos políticos, sua avaliação em relação a certos atributos pessoais dos candidatos, além da avaliação das administrações que buscam a reeleição. Na pesquisa de campo, foram incluídas várias informações para captar o que os eleitores declaravam levar em conta ao definir seu voto para presidente da República, incluindo características pessoais dos candidatos, como: traços físicos, emocionais, comportamentais, experiência, vinculação a partidos e programa de governo. Adicionalmente, em pergunta separada, buscou-se identificar qual das características o eleitor mais levava em consideração.

A Tabela 1 apresenta as informações coletadas no questionário, por sexo, sobre as características dos candidatos que os eleitores levavam em consideração no momento de decidir seu voto. Como se pode observar, as características mais citadas, com porcentagens acima de 90% dos casos, são a honestidade e a inteligência do candidato, seguidas bem de perto, com porcentagens pouco abaixo dos 90% pelo programa, por experiência administrativa e experiência política. O partido, no entanto, foi citado como importante somente para metade dos eleitores, assim como características pessoais, como: simpatia, escolaridade e age com o coração. Outros aspectos, como: sexo, raça/cor, região de nascimento e religião, foram citados por menos de um quinto dos eleitores. Contudo, ao ter que escolher o que mais levava em conta no momento de decidir o voto, o eleitor pouco citou características pessoais, apesar de honestidade e inteligência terem sido as mais mencionadas individualmente. Experiência e propostas dos candidatos foram aquelas que os eleitores afirmaram mais levar em consideração no momento da decisão do voto para o cargo de presidente do país. Na maioria das situações, é importante destacar que não há diferenças significativas entre homens e mulheres, exceto para “simpatia” e “age com o coração”, mais citadas por mulheres, e orientação sexual e raça, mais mencionadas por homens.

Com relação aos indicadores comportamentais políticos e sociais, as mulheres são um pouco mais exigentes com o governo de Lula,

de acordo com o resultado das perguntas sobre aprovação do governo e se votariam em candidato indicado pelo presidente Lula, mas, de fato, a rejeição em si é muito similar para ambos os sexos. Entre os homens, 42,4% relataram que votariam em qualquer candidato indicado por Lula e 36,0% das mulheres afirmaram o mesmo. Quanto à questão de votar ou não em mulher, a distribuição entre homens e mulheres não mostra nenhuma diferença, ou seja, a esmagadora maioria de ambos os sexos relataram que votariam em mulher para presidente da República, com mais de 83% dos eleitores. É interessante notar que 5,7% das mulheres disseram que não votariam em outra mulher.

Com relação a comportamentos sociais, no que se refere a questões de gênero, raça, democracia e corrupção, todos os indicadores estimados apontam para um comportamento mais liberal e moderado da população em geral, mas ainda mais aberto e liberal por parte das mulheres do que dos homens. Entretanto, os diferenciais por sexo não são tão grandes assim. Por exemplo, quando perguntados sobre questões vinculadas a comportamento de gênero no convívio social, que inclui perguntas sobre educação dos filhos, tarefas domésticas e sustento da família, quase 30% dos homens são classificados na categoria de conservador, contra 21% das mulheres, como mostra o indicador de gênero na sociedade. Quanto às perguntas sobre participação da mulher na política, a posição de acordo com as respostas às perguntas feitas é mais liberal para ambos os sexos, sendo que entre liberais e moderados foram classificados cerca de 85% dos eleitores.

Tabela 1 - Distribuição percentual dos eleitores, por sexo, segundo características dos candidatas levadas em consideração na decisão do voto para presidente da República e variáveis/indicadores comportamentais, Brasil – 2010

Características dos candidatos levadas em consideração	Homens		Mulheres		Variáveis/indicadores	Homens		Mulheres	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Programa	89,7	90,3	100	100	Fator homossexualismo e aborto	100	100	100	100
Experiência administrativa	88,6	87,9	81,4	78,9	Liberal	8,3	11,2	8,3	11,2
Experiência política	88	88,3	15,5	17,5	Neutro-liberal	14,5	19,9	14,5	19,9
Partido	49,5	46,5	3,2	3,6	Neutro-conservador	43	42	43	42
Honestidade	92,2	93,1	100	100	Conservador	34,2	26,9	34,2	26,9
Inteligência	91,8	92,8	11,6	13,8	Fator consciência racial	100	100	100	100
Simpatia	58,5	66,5	42,4	36	Alta	37,3	41,2	37,3	41,2
Escolaridade	47,7	49,8	25,9	28,7	Neutra	46,6	44,2	46,6	44,2
Idade	31,1	34,7	20,2	21,5	Baixa	16,1	14,6	16,1	14,6
Opção sexual	30,9	29,5	100	100	Fator boa governança com mulheres	100	100	100	100
Religião	20,1	16,5	4,4	6,2	Aumentaria	31,1	42,8	31,1	42,8
Sexo	16,5	16,9	3,9	4,5	Neutro	64,4	53,5	64,4	53,5
Região de nascimento	14,2	12,5	83,9	83,6	Diminuiria	4,5	3,7	4,5	3,7
Raça/cor	12,3	11,5	7,8	5,7	Fator conviência com corrupção	100	100	100	100
A que mais considera	8,6	6	100	100	Nenhuma	44,2	45,8	44,2	45,8
Outra/NS/INR	2,8	2,1	33,5	38	Justificada	40,6	40,9	40,6	40,9
Pessoais	8,1	8,3	38,4	40,6	Moderadaltal	15,2	13,3	15,2	13,3
Partido	5,3	2,9	28,1	21,4	Fator regime democrático	100	100	100	100
Propostas	36	41,6	100	100	A favor	70,5	73,5	70,5	73,5
Experiência	47,8	45,1	33,5	40,7	Favor/neutro	23	21,6	23	21,6
			51,1	44,8	Contra	6,5	4,9	6,5	4,9
			15,4	14,5					

Fonte: Ibope/CBL, 2010.

O indicador de comportamento social que mostra o maior conservadorismo na sociedade é o de aceitação de homossexualismo e aborto, tanto entre homens quanto mulheres, uma vez que um terço dos homens e um quinto das mulheres foram classificados na categoria de conservador e mais de 40% dos eleitores ficaram na categoria de neutro-conservador (Tabela 1). Vale notar que a pergunta com relação a homossexualismo foi se o eleitor era a favor da união entre pessoas do mesmo sexo e, sobre aborto, se as mulheres tinham direito de decidir se interrompiam uma gravidez, como descrito na seção de métodos, sendo que o entrevistado respondia numa escala de 1 a 5, entre concorda totalmente até discorda totalmente. Ao contrário, o indicador de consciência racial mostra que a maioria da população foi classificada como consciência alta ou neutra.

É interessante constatar que, apesar de os eleitores serem classificados em sua maioria como a favor de regimes democráticos, com mais de 70% a favor sempre e 25% a favor ou neutro, mais de 50% foram englobados em categoria que aceitam certos tipos de corrupção como justificada ou aceitam totalmente a corrupção. Isso talvez seja reflexo de nosso regime democrático ainda jovem e com exemplos diários de corrupção na política e na vida privada. E tal fato é muito consistente entre o grupo de homens e mulheres, que apresentam diferenças marginais com relação à distribuição dos indicadores de democracia e convivência com a corrupção.

Ainda na Tabela 1, é importante observar, no fator de boa governança com mulheres, que, ao serem inquiridos sobre o que aconteceria em alguns setores do governo e da sociedade com mais mulheres no poder, mais de dois quintos das mulheres e um terço dos homens consideraram que a boa governança aumentaria e menos de 5% mencionaram que diminuiria. Ou seja, o fator de boa governança mostra que os eleitores não têm uma percepção negativa preconcebida quanto ao desempenho das mulheres em cargos de governo, no entanto, os resultados das eleições de mulheres no país não refletem este comportamento. De fato, são outras barreiras que as mulheres enfrentam ao concorrer a cargos políticos, que não passam pelo comportamento declarado direto dos eleitores.

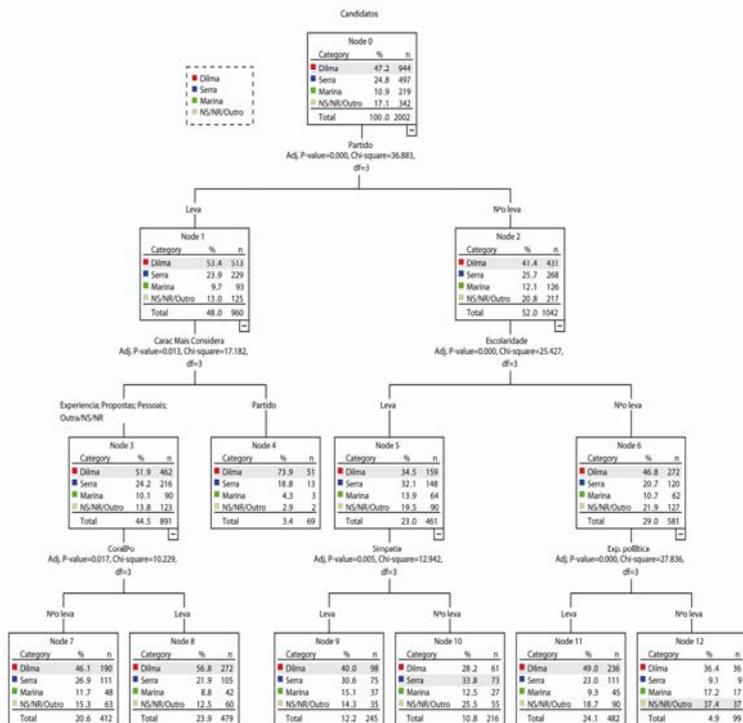
Sobre as características dos candidatos: modelo de classificação em árvore

Dado que existem muitas variáveis e com dimensões distintas, nesta seção e na seguinte, apresentam-se, de forma separada, modelos

que permitem a classificação do grupo de eleitores entrevistados com relação à intenção de voto declarada segundo as características dos candidatos e os indicadores comportamentais sociais e políticos. A Figura 3 mostra o resultado do modelo que inclui todas as variáveis de características do candidato e a aquela que indica o tipo de característica que o eleitor mais leva em conta na decisão do voto para presidente, sendo que a variável dependente é novamente definida no modelo de características dos eleitores, isto é, a distribuição de intenções de votos em quatro categorias. Este modelo apresentou um ajuste similar ao anterior, com 52,2% de estimativa de risco, o qual indica a qualidade do modelo aplicado aos dados, com risco de erro em pouco mais da metade dos casos. Para a candidata Dilma, a porcentagem de acertos é alta como no modelo anterior, com 89,7%, Serra com somente 14,7%, Marina novamente sem nenhum caso de previsão correta e seus votos são designados erroneamente tanto a Dilma quanto a Serra.

As características dos candidatos que aparecem como significantes no modelo, em ordem decrescente de importância, são o partido a que pertence o candidato, sua escolaridade, a indicação de característica mais levada em consideração para selecionar um candidato, a experiência política, a simpatia e se age com o coração. O modelo indica que os eleitores que levam em conta o partido do candidato votam em maior porcentagem em Dilma e, entre aqueles que não levam em consideração, a indecisão é maior do que a média. Entre este último grupo, a escolaridade aparece como segundo fator que mais os diferencia, e aqueles que levam em consideração a escolaridade votam menos do que a média na candidata Dilma e votam mais em Serra. Ainda, entre eleitores que não levam em consideração o partido e nem a escolaridade, o fator que ainda os diferencia é a experiência política, em que a candidata Dilma recupera sua porcentagem de votos neste grupo. Entre aqueles que não levam em conta o partido, mas consideram a escolaridade como um fator importante, também indicaram, com significância estatística, que a simpatia do candidato é fator importante na decisão pelo voto. Neste grupo, Serra tem porcentagem de votos maior do que sua média nacional, tanto entre os que acham que a simpatia é um fator relevante como os que não acham a simpatia relevante, mas, neste último agrupamento, chega a ganhar de Dilma por uma diferença de mais de cinco pontos percentuais (Figura 3).

Figura 3 - Modelo de intenções de voto nos candidatos a presidente da República, segundo características dos candidatos levadas em consideração na definição da intenção de voto, Brasil 2010.



Fonte: Ibope/CBL, 2010.

Finalmente, vale mencionar que, entre os eleitores que relataram levar em conta o partido, existe um segundo nível de grupos homogêneos, em que aqueles que mais consideram o partido votam majoritariamente em Dilma, alcançando intenções de voto de 73,9%. Entre os demais, a característica agir com o coração cria outro nó de grupos homogêneos, em que a intenção de voto em Dilma é ainda maior do que na sua média nacional e ainda mais elevada entre os que consideram que agir com o coração é uma característica importante em um candidato à Presidência do país, com 56,8% das intenções de voto na candidata do PT.

Sobre as características comportamentais dos eleitores

O modelo que inclui os indicadores comportamentais sociais e políticos como covariáveis, no modelo com a variável dependente de intenção de voto em quatro categorias, é o melhor entre aqueles ajustados (características dos eleitores e características dos candidatos). O risco de erro apresentado neste modelo reduz para 35,4%, com classificação de acertos nos votos de Serra aumentando para 57,7% e de Dilma para 93,2%. O problema do modelo ainda é a predição dos votos em Marina, mas, neste caso, metade dos votos de Marina é designada erroneamente para Dilma e a outra metade para Serra.

Apesar de todos os indicadores presentes na Tabela 1 terem sido incluídos no ajuste do modelo, aqueles que aparecem como estatisticamente significantes, com resultados mostrados na Figura 4, são: se votaria em indicação do Lula; se votaria em mulher; e, no último nível, o indicador de aprovação do governo Lula. Nenhum dos demais indicadores aparecem separando grupos homogêneos nesta análise de classificação. Entre os eleitores que votariam em qualquer pessoa indicada pelo presidente Lula, mais de 90% declaram seu voto em Dilma e estes envolvem 39% do total de eleitores.

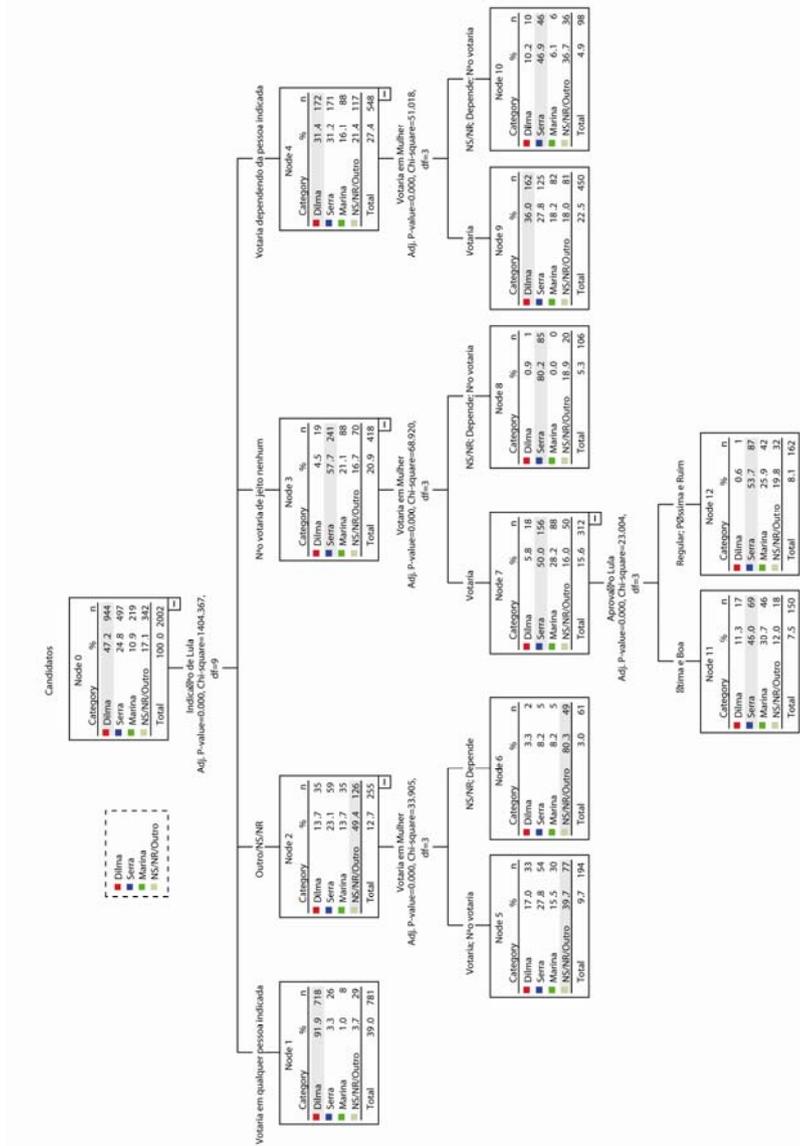
Entre os eleitores que não votariam de jeito nenhum em candidato indicado por Lula (20,9% dos eleitores), 57,7% votariam em Serra e mais de 21% votariam em Marina. Mas, neste grupo, aqueles que não votariam em mulher separam outro grupo homogêneo, que, apesar de pequeno (5,3% dos eleitores) registrou elevada intenção de voto em Serra (mais de 80% das intenções de voto neste candidato). Entretanto, entre os eleitores que mencionaram não ter problemas de votar em mulher, quase 30% declararam intenção de voto na candidata Marina (e estes representam 15,6% do total de eleitores) e muito pouco em Dilma, mas esta recupera votos entre aqueles que aprovam o governo Lula como ótimo ou bom (Figura 4).

Ainda com relação a este modelo, para aqueles que a indicação do Lula poderia ser considerada, dependendo do candidato indicado, Dilma perde intenções de votos, que vão tanto para Serra quanto para Marina. A indicação se votaria em mulher, no entanto, faz Serra perder intenções de votos para Dilma, mas, entre aqueles que não votariam em mulher e dependem da pessoa indicada por Lula, que são somente 4,9% dos eleitores, Serra tem quase 47% das intenções de votos.

É importante ressaltar novamente as variáveis que não entraram no ajuste do melhor modelo. Os indicadores de comportamento de gênero na sociedade e na política, bem como os demais indicadores,

como os fatores de homossexualidade e aborto, de consciência racial, de corrupção e de democracia, não aparecem como variáveis que separam os eleitores em grupos homogêneos em sua intenção de voto para presidente da República, neste modelo multivariado de classificação baseado em árvore de decisão. Neste caso, a indicação se o eleitor votaria em candidato do Lula é tão importante no modelo que praticamente elimina as probabilidades de outras variáveis separarem grupos importantes. A única variável que permanece no modelo e pode indicar algum comportamento de gênero é se o eleitor votaria em mulher ou não. No caso deste modelo, esta variável indica que os eleitores que não votariam em mulher são os que se destacam, dando prioridade ao candidato Serra, entre aqueles que não votariam de jeito nenhum em candidato do Lula ou igualmente dependeria da pessoa indicada. Nestes dois casos, Serra tem grande vantagem em relação às duas outras candidatas do sexo feminino.

Figura 4 - Modelo de intenções de voto nos candidatos a presidente da República, segundo indicadores comportamentais dos eleitores, Brasil – 2010.



Fonte: Ibope/CBL, 2010.

Fatores que mais afetaram a intenção de votos nas eleições para presidente de 2010: modelo logístico multivariado

Como visto anteriormente, tanto as variáveis que identificam características sociodemográficas e econômicas dos eleitores, como aquelas que indicam aspectos dos candidatos e posições ideológicas e partidárias são fatores importantes para diferenciar o perfil dos eleitores. Qualquer dos modelos propostos individualmente produz excelentes resultados na predição de votos para a candidata Dilma, mas não para Serra e muito menos para Marina.

Outra forma de analisar estas mesmas variáveis, mas de maneira comparativa entre os candidatos, é utilizar um modelo logístico multinomial, em que a variável dependente é formada por pares de comparação entre os três candidatos e tomando Serra como categoria de referência para a comparação com as demais candidatas. As variáveis independentes são todas aquelas consideradas nos modelos anteriores, ou seja, as informações sobre os eleitores, características pessoais e comportamentais, e as características dos candidatos, todas tomadas como variáveis categóricas. As variáveis que se apresentaram como fatores importantes no modelo, com significância estatística, e as estimativas de qualidade do ajuste do melhor modelo de efeitos principais⁵ são mostradas na Tabela 2. Como se pode observar, as oito variáveis selecionadas, que indicam quais as características que descrevem melhor o perfil dos eleitores com intenção de voto declarado para presidente nas eleições de 2010, foram, em ordem decrescente de significância estatística: se o eleitor votaria em candidato indicado pelo presidente Lula; se votaria em mulher; indicador de aprovação do governo de Lula; religião do eleitor; fator de comportamento de gênero na sociedade; se leva em consideração a experiência política, a religião e a opção sexual do candidato. Este modelo, uma vez que inclui variáveis comportamentais, tem um bom ajuste, explicando mais de 40% da variabilidade dos dados. Entretanto, mais importante do que isto é o percentual de casos preditos corretamente, que é de 76% no geral, com 91,6% de acerto para Dilma, 69,8% para Serra e 22,4% para Marina.

⁵ Este modelo foi selecionado a partir de um modelo *forward stepwise*, dado que o número de variáveis incluídas no modelo era muito grande.

Tabela 2 - Estatísticas de qualidade do ajuste do modelo logístico multinomial de intenção de votos para presidente em 2010 para os três candidatos com maior intenção de votos (Dilma, Serra e Marina) segundo características dos eleitores, pessoais e comportamentais.

Efeito	Critério de ajuste do modelo		Testes de razão de verossimilhança	
	-2 Log Likelihood	Chi-quadrado	df	Sig.
Intercepto	1784,13	0	0	.
Considera religião do(a) candidato(a)	1792,68	8,55	2	0,0140
Considera experiência política	1796,43	12,3	2	0,0020
Considera opção Sexual do(a) candidato(a)	1792,41	8,28	2	0,0160
Religião do(a) eleitor(a)	1804,18	20,06	4	0,0000
Aprovação do governo de Lula	1818,44	34,31	4	0,0000
Votaria em mulher	1915,86	131,73	6	0,0000
Votaria em indicação do Lula	2561,73	777,6	6	0,0000
Fator de gênero na sociedade	1796,45	12,32	4	0,0150
Modelo somente com Intercepto	3151,59			
Modelo final	1784,13			
Pseudo R ² (%)	Cox e Snell	1367,46	30	0,000
	Nagelkerke	66		
Observado	Dilma	865	20	91,6
	Serra	125	25	69,8
Predito	Marina	70	49	22,4
	Percentual geral	63,9	5,7	76
Percentual Correto				
McFadden				

Fonte: Ibope/CBL, 2010.

As razões de chances de intenção de voto em Dilma comparadas com as de Serra e as de Marina comparadas com as de Serra nos dão importantes informações sobre o perfil dos eleitores destes candidatos nas eleições de 2010. Estas razões de chances são apresentadas na Tabela 3 e a análise que se segue é feita com base nestes dados. O primeiro fato, que chama atenção é a estimativa de razão de chances de intenção de voto em Dilma para eleitores que disseram que votariam em qualquer pessoa indicada por Lula comparada com quem disse que não votaria de jeito nenhum, que é de 262, 8 vezes maior para Dilma do que Serra. Isto se deve ao fato que o presidente Lula, em exercício no momento da campanha, explicitamente apoiou a candidata Dilma, inclusive assumindo como se o voto nela fosse um voto em si mesmo. Mesmo quem respondeu que votaria dependendo da pessoa, tem quase 61 vezes mais chance de votar em Dilma do que Serra. Esta variável, de forma esperada, não mostra diferenciais tão importantes na comparação entre Marina e Serra, mas vale destacar que Marina tem 20% mais chances de intenção de votos do Serra entre eleitores que estão na categoria que votariam na indicação de Lula dependendo da pessoa.

Tabela 3 - Estatísticas de ajuste do modelo logístico multinomial de intenções de voto para presidente da República para os três candidatos com maiores intenções de voto (Dilma, Serra e Marina), com Serra como categoria de comparação, segundo características pessoais e comportamentais dos eleitores, Brasil - 2010

	Modelo Dilma/Serra			Modelo Marina/Serra			
	Exp(B)	(Wald)	Sig.	Exp(B)	(Wald)	Sig.	
Intercepto		(42,22)	0,000		(22,14)	0,000	
Religião Candidato	Leva	0,90	(0,20)	0,654	1,79	(6,06)	0,014
	<i>Não leva</i>	1,00	-	-	1,00	-	-
Exp. Política	Leva	0,48	(5,78)	0,016	0,39	(10,96)	0,001
	<i>Não leva</i>	1,00	-	-	1,00	-	-
Opção Sexual Cand.	Leva	1,24	(0,79)	0,375	1,93	(8,25)	0,004
	<i>Não leva</i>	1,00	-	-	1,00	-	-
Religião eleitor	NS/NR	1,19	(0,30)	0,587	0,97	(0,01)	0,907
	Católica	0,87	(0,49)	0,483	0,46	(16,11)	0,000
Aprovação Gov. Lula	<i>Não-Católico</i>	1,00	-	-	1,00	-	-
	Ótima e Boa	3,18	(3,17)	0,075	1,95	(2,67)	0,102
Votaria em Mulher	Regular	0,76	(0,16)	0,689	1,48	(0,86)	0,355
	<i>Péssima e Ruim</i>	1,00	-	-	1,00	-	-
Indicação de Lula	NS/NR	5,36	(5,07)	0,024	8,88	(5,73)	0,017
	Depende	7,26	(7,44)	0,006	13,47	(9,23)	0,002
Votaria em qualquer pessoa	Votaria	30,85	(34,54)	0,000	36,79	(24,11)	0,000
	<i>Não votaria</i>	1,00	-	-	1,00	-	-
Votaria dependendo da pessoa	Outro/NS/NR	5,88	(26,67)	0,000	1,67	(3,40)	0,065
	Não votaria de jeito nenhum	242,09	(262,81)	0,000	0,77	(0,35)	0,554
Fator Gênero na Sociedade	Mais Liberal	8,78	(60,73)	0,000	1,20	(0,77)	0,379
	Moderado	1,00	-	-	1,00	-	-
Mais Conservador	1,76	(5,64)	0,018	1,97	(7,27)	0,007	
Mais Conservador	1,61	(4,25)	0,039	1,28	(0,96)	0,327	
Mais Conservador	1,00	-	-	1,00	-	-	

Fonte: Ibope/CBL, 2010.

¹Exp(B) é a razão de chances da categoria de referência comparada à categoria de análise. As categorias das covariáveis utilizadas como referência estão indicadas em itálico.

Com relação a comportamento de gênero, duas variáveis dão indicações de como o eleitor se comporta com relação à intenção de

voto. A variável com o segundo maior poder de explicação no modelo, como mencionado, é se o eleitor votaria ou não em mulher para presidente da República. Vale lembrar que quase 84% dos eleitores entrevistados afirmaram que votariam em mulher para presidente. Um eleitor que votaria em mulher tem 30,8 vezes mais chance de ter votado em Dilma do que aquele que declarou que não votaria, em comparação com Serra. Esta mesma razão de chances para Marina é de 36,8 vezes, mostrando uma propensão um pouco maior de votos em Marina como mulher do que em Dilma. O outro indicador é o grau de conservadorismo de gênero na sociedade, indicando que um eleitor mais liberal tem 1,76 vez mais chance do que um mais conservador de votar em Dilma do que em Serra e quase duas vezes mais chance de votar em Marina do que Serra. Este resultado mostra que os mais liberais têm probabilidade maior de votar em Marina, depois em Dilma e, em seguida, em Serra.

O legado de um bom governo sempre se reflete de maneira positiva em uma reeleição ou na eleição de candidato indicado pelo partido de situação. O indicador de aprovação do governo Lula como ótimo ou bom vai na direção de confirmar este fato. Assim, o eleitor que declarou ter boa avaliação do governo tinha 3 vezes mais chance do que aquele que tinha avaliação péssima ou ruim de ter a intenção de votar em Dilma do que no seu maior oponente. O contrário ocorre com aqueles que tinham avaliação regular, os quais tinham 24% menos chance dar votos a Dilma do que ao Serra. A candidata Marina também se beneficiou com a situação de aprovação do governo da situação, pois a chance entre os que declaravam aprovação ótima ou boa era de 1,95 vez mais do que votar em Serra e, mesmo entre aqueles que declaram ser um governo regular, Mariana tinha 1,46 vez mais chance de ter intenção de votos do que o Serra.

A única variável de característica pessoal do eleitor que permaneceu como significativa no modelo foi sua religião, agrupada basicamente em duas categorias: católicos e não-católicos. Nesta situação, Serra levou vantagem em relação às suas duas oponentes. Um eleitor católico, comparado com o não-católico, tinha 13% menos chance de votar em Dilma do que em Serra e 54% menos chance de votar em Marina do que em Serra. Entre os não-católicos, sabe-se que a grande maioria compreende aqueles que se declararam evangélicos. Desta forma, analisando por outro prisma, os não-católicos (ou evangélicos) declararam maior intenção de votos em Marina do que nos demais candidatos.

Interessante que a religião também aparece no modelo como característica do candidato levada em consideração pelo eleitor no momento de decidir seu voto para Presidência do país. Neste caso, a candidata Dilma apresenta desvantagem em comparação a Serra, enquanto Marina leva vantagem por causa de sua religião. No caso de Dilma, se o eleitor considerava esta característica como importante para definir seu voto em comparação com quem não considerava, ela tinha 10% menos chance de receber uma intenção de voto do que o Serra. Já para Marina, se o eleitor considerava a religião do candidato uma característica importante na decisão do voto, ela tinha 1,79 vez mais chance de receber voto do que o Serra.

Outras duas características do candidato que aparecem no modelo como significantes são a experiência política e a opção sexual. No caso da primeira, Serra leva vantagem em relação às demais candidatas. Quando comparada com Serra, Dilma tem 52% menos chance de receber intenção de votos se o eleitor declarou que a experiência política era importante e Marina tinha 61% menos chance do que Serra. Ou seja, ainda que Marina tivesse mais experiência política que Dilma (esta com maior experiência administrativa), na intenção de voto, o eleitor que considera a experiência política como importante na definição do voto dá um pouco mais de vantagem a Marina do que a Dilma. O candidato Serra, sem sombra de dúvidas, leva vantagem nesta situação em comparação às suas oponentes. Quanto à opção sexual, os resultados não são totalmente na direção que se esperaria. De fato, dado que Dilma tem maior intenção de votos entre os que levam e os que não levam em conta a opção sexual do candidato, o resultado aponta que, entre os que levam em consideração, Dilma tem 24% mais chance de receber intenção de voto do que Serra. No caso de Marina, esta chance aumenta para 93%.

Considerações finais

A grande novidade do pleito presidencial de 2010 foi a eleição de uma mulher para a Presidência da República. Mas a eleição de Dilma Rousseff não foi o resultado de uma mobilização do movimento de mulheres e de uma efetivação das bandeiras feministas, embora a presença feminina no posto máximo da República possa trazer benefícios para a construção de uma sociedade com maior equidade de gênero. Não deixa de ser surpreendente que o Brasil com tão poucas vereadoras, deputadas e senadoras tenha conseguido eleger uma mulher para o cargo máximo da política.

Na verdade, o perfil da distribuição dos votos de Dilma Rousseff teve uma grande semelhança com os votos que o ex-presidente Lula teve nas eleições de 2006. Terron (2010, p.5), analisando os territórios eleitorais, considera que “em 2010, o padrão espacial da votação municipal da presidente eleita é muito semelhante ao padrão regional da reeleição do presidente Lula, em 2006”. Apesar de o modelo espacial não garantir que houve transferência de votos do governo e do presidente Lula para a candidatura governista, os dados de intenções de voto analisados aqui mostram que esta transferência foi muito grande.

De modo geral, a candidata do PT - mesmo apresentando elevados índices de apoio em todos os segmentos sociais nas eleições de 2010 - teve maior proporção de intenções de voto entre os seguintes segmentos: os eleitores de baixa renda (“classes” C, D e E); os de menor escolaridade (Dilma só perdia entre os eleitores de nível universitário); entre os homens; entre aqueles que se declararam católicos; os adultos de 25 a 59 anos; os moradores das regiões Norte e Nordeste do país; e os beneficiários dos programas de transferência de renda. Ou seja, o eleitorado de Dilma Rousseff, em 2010, tinha grande semelhança com o eleitorado de Lula, em 2006.

De fato, o modelo logístico multinomial mostrou que a variável com maior poder de explicação das intenções de voto declaradas para a Presidência da República foi se o eleitor votaria em candidato indicado pelo presidente Lula. O carisma do ex-presidente e os bons índices da avaliação do governo reforçaram o desejo de continuidade da administração anterior. O resultado foi como uma reeleição do projeto político do governo, no qual a candidata Dilma era figura proeminente.

Contudo, este quadro geral não deve ofuscar a existência de outras variáveis que são importantes na decisão do voto. Por exemplo, as questões de gênero foram importantes para a definição da intenção de voto a presidente. O sexo do candidato não apareceu como importante na definição do voto. No entanto, a informação se votaria em mulher apresentou correlação significativa. É fato que esta pode ter tido pouca importância no resultado da eleição, pois poucos eleitores declararam que não votariam em mulher. Entretanto, esta variável é a segunda mais importante na comparação entre votos de Serra e as duas outras candidatas.

Evidentemente, existem forças conservadoras na sociedade brasileira, mas não houve uma opção em bloco favorável ou desfavorável

por um determinado projeto político, mas indicadores de gênero e comportamento social aparecem favorecendo mais um ou outro candidato. O indicador de gênero vinculado a comportamento social de homens e mulheres mostra que os mais liberais tendiam a ter intenção de voto maior em Dilma e Marina do que em Serra. Outros indicadores de gênero, como fator de gênero na política e fator de homossexualismo e aborto, que classificam os eleitores em conservadores ou mais liberais, e o fator de boa governança com mulheres, que indica se esta aumentaria ou não com mais mulheres no poder, não tiveram influência significativa nas intenções de votos. Os demais indicadores que classificam os eleitores com relação à convivência com a corrupção, preferência por regime democrático e indicador de consciência racial, que colocam os eleitores em categorias mais liberais e moderadas do que nas conservadoras, não apresentaram relevância na definição do voto para presidente em 2010.

Vale mencionar que o indicador de homossexualismo e aborto é o que classifica a sociedade como mais conservadora do que qualquer outro indicador. De fato, a abordagem de alguns temas a partir das características dos candidatos mostrou que a orientação sexual e a religião do candidato tinham relação significativa, aumentando a chance de Dilma e Marina em relação à orientação sexual e favorecendo Marina em relação à sua religião. Singer (2009), com base na eleição de 2006, mostrou que a adesão do subproletariado ao lulismo significou um apoio do “conservadorismo popular” à candidatura governista, colocada mais à esquerda do espectro político. Os resultados encontrados para 2010 confirmam que o conservadorismo moral, ainda presente no eleitorado brasileiro, não se alinhou de maneira integral e em bloco a uma ou outra candidatura presidencial, embora as candidaturas femininas tenham atraído maior percentual de votos não conservadores.

O comportamento de gênero olhado a partir de outra perspectiva, o sexo dos eleitores, mostra que homens e mulheres votam de forma diferenciada. As mulheres apresentaram maiores índices de não definição do voto (não sabe, nulo e branco) e eram maioria entre os eleitores de José Serra e Marina Silva e minoria entre os que declaravam votos em Dilma Rousseff. Além disso, a intenção de voto dos homens está mais associada ao seu grau de instrução, religião e recebimento de programa social e a intenção de voto das mulheres está mais relacionada à classe social a que pertence, região onde mora, idade e frequência religiosa.

A literatura da Ciência Política brasileira mostra que as pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) votam em maior proporção na candidatura governista. Mas uma novidade apresentada neste artigo, com base no *survey* realizado pelo Ibope, é que os homens das famílias beneficiárias do PBF apresentaram maiores índices de intenção de voto na candidata Dilma Rousseff do que as mulheres que são, em sua ampla maioria, titulares dos benefícios do PBF. A possível causa deste fenômeno é o fato de as condicionalidades do PBF estarem sobrecarregando a responsabilidade das mulheres na família e reforçando a tendência de desresponsabilização dos homens com o cuidado e a criação de seus filhos.

Não é possível resumir nestas conclusões todos os resultados dos modelos multivariados. O que se pode notar nos resultados do *survey*, levado a campo pouco antes da realização do primeiro turno das eleições de 2010, é que o processo de definição de voto passa por complexas relações sociais e por inúmeras variáveis que expressam a transversalidade de gênero, geração, classe, religião, espaço, etc. As duas mulheres que disputaram com sete homens as eleições presidenciais de 2010 tiveram cerca de dois terços dos votos (67%) e este número indica que a maioria do eleitorado brasileiro estava preparada para a presença feminina no cargo máximo do Poder Executivo.

O Brasil possui uma sociedade complexa e extremamente desigual. Porém, a eleição da primeira mulher presidenta do Brasil mostrou que o país, embora ainda marcado por diferenças na inserção e na representação entre os sexos, tem avançado no rumo de uma sociedade com maior equidade de gênero, mas no aspecto da política parlamentar, está muito atrás dos demais países da América Latina e do Caribe.

Referências

ALMEIDA, A. C.. **A Cabeça do eleitor**. São Paulo: Record, 2008.

ARAÚJO, C. Gênero e acesso ao Poder Legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.2, jul.-dez. 2009.

BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**. Campinas, v.10, n.2, out. 2004.

CARREIRÃO, Y. de S. A Eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.22, jun. 2004.

GUEDES, R.. Eleições presidenciais 2010: ruptura ou consolidação do pacto social? **Em Debate**, Belo Horizonte, v.2, n.5, maio 2010.

HOSMER, D. W.; LEMESHOW, S. **Applied logistic regression**. 2nd ed. New York: John Wiley and Sons, 2000.

HUNT, E. B.; MARIN, J.; STONE, P. J. **Experiments in induction**. New York: Academic Press, 1966.

INGLEHART, R. **The Silent revolution**: changing values and political styles among western publics. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. The Developmental theory of the gender gap: women's and men's voting behavior in global perspective. **International Political Science Review**, v.21, n.4, oct. 2000.

LOURENÇO, L. C. **Abrindo a caixa-preta**: da indecisão à escolha a eleição presidencial de 2002. Tese (Doutorado em Ciências Políticas e Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, A. Pesquisas, estratégias eleitorais e a disputa presidencial de 2010. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.2, n.5, maio 2010.

PIERUCCI, A. F.; PRANDI, J. R. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. **Opinião Pública**, v.3, n.1, jun.1995.

RENNÓ, L.; CABELLO, A. As Bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? **Revista Brasileira de Ciência Política**, v.25, n.74, out. 2010.

REIS, F. W. Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros. **Novos Estudos**, São Paulo, n.87, jul. 2010.

SILVEIRA, F. E. A Dimensão simbólica da escolha eleitoral. In: FIGUEIREDO, R. (Org.). **Marketing político e persuasão eleitoral**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2000.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos**, São Paulo, n.85, dez. 2009.

STARLING, S. Elas continuam sendo objeto de manipulação eleitoral. **O Tempo**, 18 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/otempo/colunas/?IdColunaEdicao=12601>>.

TERRON, S. L. Cartografia e análise política: mapas políticos ou a política em mapas? **ComCiência**, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, Rio de Janeiro, SBPC, n.123, 10/11/2010.

TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. As Bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opinião Pública**, Campinas, v.16, n.2, nov. 2010.

VICENTE, T. Não basta ser mulher. **Caros Amigos**, 18 jun.2010. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/index_site.php?pag=materia&id=219>.

Suzana Cavenaghi
suzana_cavenaghi@uol.com.br

José Eustáquio Diniz Alves
jed_alves@yahoo.com.br